



Câmara Municipal de Curitiba

VEREADORA GIORGIA PRATES – MANDATA PRETA

Rua Barão do Rio Branco, 720
CEP 80010-902 – Curitiba 041) 3350-4645

Curitiba, 06 de agosto de 2024

Ofício nº 126/2024

Ao Ministério Público Federal

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Procurador(a) Federal,

Assunto: Denúncia de racismo cometido por professor da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Cumprimentando-o cordialmente, e na condição de Vereadora do Município de Curitiba, dirijo-me à Vossa Senhoria para informar acerca de caso de racismo perpetrado por professor da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Considerando que ao Ministério Público compete zelar pela defesa da ordem jurídica, pelo regime democrático e interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 129, da Constituição da República.

Considerando a Lei nº 7.716 de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Em 22 de agosto de 2024, no grupo geral de Artes Visuais, no WhatsApp, recebemos a denúncia de um áudio contendo uma fala racista, ausente de empatia e consciência histórica. O atual chefe do Departamento de Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o professor Dr. José Estevam Gava (o qual já tem histórico de violência contra discentes, com gravações onde humilha estudantes por reivindicarem seus direitos) desta vez fez pouco caso do sofrimento dos povos escravizados e torturados ao longo da história humana, afirmando em aula:



Câmara Municipal de Curitiba

VEREADORA GIORGIA PRATES – MANDATA PRETA

Rua Barão do Rio Branco, 720

CEP 80010-902 – Curitiba 041) 3350-4645

"vigorava a sociedade escravista e servil, 100% dominadora, mas pelo menos estávamos em contato com a natureza, "ah, eu sou escravo, mas, pelo menos eu tenho o céu, tenho as estrelas, tenho os pássaros, as árvores, posso tomar um banho de rio se eu quiser", hoje em dia a gente não pode fazer isso".

A ausência de conhecimento, a alienação em relação ao sofrimento sobre o qual as sociedades foram construídas, não são apenas demonstradoras de ignorância, mas constituem um gesto de opressão e de racismo, pois reproduzem a lógica da história colonialista do nosso país. A mesma mentalidade que gera violência contra os estudantes por estar numa posição de poder é a que despreza o fato de que pessoas foram sequestradas, retiradas da sua terra, mantidas em cativeiros, submetidas recorrentemente a torturas e privadas da sua humanidade. Tratar da escravidão de modo tão casual ("mas pelo menos") é um desrespeito para cada estudante presente nessa aula, ainda mais considerando o modo agressivo com que o professor responde a críticas. A Universidade Pública deveria ser lugar de diversidade e inclusão, mas mantendo indivíduos com essa postura em cargos de poder ela se mostra, ao contrário, ainda um antro de opressão e racismo.

A fala em questão é profundamente problemática por diversos motivos. Ela romantiza a escravidão, nega a violência e a desumanização que ela representava, demonstra desconhecimento histórico e jurídico, e contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos. É importante ressaltar que a escravidão foi um crime contra a humanidade e que qualquer tentativa de justificá-la ou minimizá-la é inaceitável.

Desta forma, viemos, por meio deste, **informar a situação e requer a atuação do Ministério Público a fim de averiguar o caso e tomar as medidas necessárias.**



Câmara Municipal de Curitiba

VEREADORA GIORGIA PRATES – MANDATA PRETA

Rua Barão do Rio Branco, 720
CEP 80010-902 – Curitiba 041) 3350-4645

No mais, coloco-me à disposição para mais informações e aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**GIORGIA PRATES – MANDATA PRETA
VEREADORA**